



**Estado de Mato Grosso do Sul  
Câmara Municipal de Porto Murtinho**

P A R E C E R

Processo: Projeto de Lei nº 008/2018

Mensagem: Endereçada ao Presidente da Casa Legislativa pelo Poder Executivo

Autor: Prefeito Derlei João Delevatti.

*Projeto de Lei Municipal. “Retifica a Lei 779/1988, que alienou por aforamento perpétuo uma parte de excesso do lote de terreno urbano”, e da outras providencias.*

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal encaminha para deliberação da Câmara Municipal, o Projeto de Lei em epígrafe, com objetivo de buscar autorização do Poder Legislativo para retificar a Lei 779/1988, que alienou por aforamento perpétuo uma parte de excesso do lote de terreno urbano.

Na mensagem encaminhada, o Excelentíssimo Prefeito Municipal afirma que o objeto é para sanar irregularidade apresentada pela senhora Iria Froes, proprietária do imóvel, presente na escritura de compra e venda, de 23 de dezembro de 1992, ficando constatado que o mesmo registro (9-A) efetuado em favor da solicitante já fora doado ao Senhor Vicente Vera, através de Lei n. 1127 de 12 de junho de 1998.

Com a aprovação desta Lei, a Senhora Iria Froes poderá retificar o registro de matrícula de n. 2.095, Livro 2, Registro Geral, de 06 de janeiro de 1993, juntamente com cartório de registro de imóvel, conforme descrição e confrontações apresentados no memorial descritivo em anexo.

É o breve relatório.



**Estado de Mato Grosso do Sul**  
**Câmara Municipal de Porto Murtinho**

Por dever de ofício, cabe a Assessoria Jurídica a emissão de parecer quanto à juridicidade e constitucionalidade do Projeto de Lei endereçado à Câmara Municipal, e, se necessário, sugerir sua adequação com a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

O projeto versa sobre matéria de competência do Município em face do interesse local, encontrando amparo no artigo 30, inciso I da Constituição da República e no artigo 9º, inciso I da Lei Orgânica Municipal.

Observa-se, outrossim, que a matéria é de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, nos termos do artigo 48, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal.

**Lei Orgânica Municipal Art. 48.**

*São de iniciativa privativa do Prefeito as Leis que disponham sobre:*

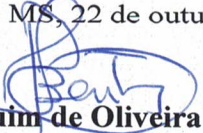
*VII – matérias típicas de administração, dependente de autorização legislativa.*

No caso em tela, não existe nenhum óbice jurídico para a retificação da Lei 799/1988.

Assim sendo, esta Assessoria Jurídica opina pela **legalidade e constitucionalidade** do presente Projeto de Lei.

É o parecer que deve passar pelo crivo e juízo soberano das Comissões e Plenário desta Casa de Legislativa.

Porto Murtinho - MS, 22 de outubro de 2018.

  
**Ivanilda Paduim de Oliveira Benites**  
**OAB - MS nº 17.518**  
Assessora Jurídica.

**IVANILDA PADUIM O. BENITES**  
**PROCURADORA JURÍDICA**